

SUMÁRIO

TÍTULO I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

CAPÍTULO 1

NOÇÕES ESSENCIAIS DE DIREITO

ECONÔMICO 27

1. Introdução 27

2. Direito econômico: origens históricas 28

2.1. Evolução histórica relevante para o surgimento do direito econômico 28

2.2. O liberalismo econômico 29

2.3. Primeiras preocupações sistemáticas de intervenção do Estado na economia e o declínio do liberalismo econômico 30

2.4. A mudança no cenário econômico mundial 31

2.5. A mudança na área jurídica 31

3. Concepções e definições de direito econômico 32

4. Conteúdo e abrangência do direito econômico 36

5. As características das regras de direito econômico 41

5.1. Tipos e conceitos indeterminados ... 41

5.2. Recompensa ou prêmio nas normas de direito econômico 44

5.3. Flexibilidade, mobilidade e mutabilidade 47

6. O objeto do direito econômico: a economia e a política econômica 48

6.1. Introdução 48

6.2. Sistemas econômicos (capitalismo x socialismo) 49

6.3. A economia (macroeconomia e microeconomia) 50

6.4. A microeconomia 50

6.4.1. Concorrência perfeita 51

6.4.2. Concorrência imperfeita 56

6.4.3. Elasticidade da demanda 60

6.4.4. Economia de escala 62

6.5. A macroeconomia 63

6.6. A política econômica 66

6.6.1. Introdução 66

6.6.2. Instrumento fiscal 66

6.6.3. Instrumento monetário 67

6.6.4. Instrumento cambial 70

7. Métodos de direito econômico 72

7.1. Introdução 72

7.2. Análise Econômica do Direito – AED... 74

7.3. O sistema econômico e o método no direito econômico 83

7.4. Do método conforme o sub-ramo do direito econômico 84

7.5. Especificidades do método de direito econômico 84

8. Quadros sinóticos 85

TÍTULO II DIREITO ECONÔMICO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO 2

FONTES DO DIREITO ECONÔMICO E

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA 93

1. Fontes do direito econômico 93

1.1. A Constituição 93

1.2. As Leis Complementares 95

1.3. As Leis 98

1.4. Normas infralegais 100

1.5. Tratados internacionais 104

2. Competência geral para legislar sobre direito econômico 104

3. Regras específicas de competência para legislar sobre direito econômico 106

3.1. Competência concorrente para legislar sobre produção e consumo 106

3.2. As regras de competência privativa da União 109

3.2.1. Sistema monetário e moeda 110

3.2.2. Poupança.....	111	2.11.2. Atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana	168
3.2.3. Telecomunicações, energia e água	113	2.11.3. Livre definição de preços em mercados não regulados	168
3.2.4. Comércio exterior.....	115	2.11.4. Tratamento isonômico da Administração Pública...	168
3.2.5. Transporte	117	2.11.5. Presunção de boa-fé.....	169
3.3. Interesse local	118	2.11.6. Liberdade diante de normas desatualizadas	169
3.4. A competência comum no enfrentamento da pandemia do Covid-19	121	2.11.7. Livre estipulação das partes nos negócios jurídicos empresariais paritários	169
4. Quadros sinóticos	123	2.11.8. Silêncio da Administração...	169
5. Jurisprudência	125	2.11.9. Arquivamento por meio digital	170
5.1. Súmula do STJ.....	125	2.11.10. Inexigibilidade de medida ou prestação compensatória ou mitigatória abusiva	170
5.2. Súmulas do STF	125	2.11.11. Inexigibilidade de certidões sem expressa previsão legal	171
5.3. Jurisprudência do STF.....	126		
CAPÍTULO 3			
A ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	137		
1. Introdução	137	3. A intervenção do Estado na economia	171
1.1. Conceito	137	3.1. Introdução.....	171
1.2. Evolução histórica	137	3.2. Princípio da subsidiariedade	171
1.3. Ordem econômica constitucional brasileira.....	141	3.3. Formas de intervenção estatal	174
2. Princípios da Ordem econômica na Constituição de 1988	142	3.3.1. Intervenção direta do Estado no domínio econômico	177
2.1. Livre-iniciativa	146	3.3.2. Para além das empresas públicas e sociedades de economia mista	180
2.2. Soberania nacional.....	152	3.3.3. As privatizações e as <i>Golden Shares</i>	182
2.3. Propriedade privada e função social da propriedade.....	153	3.3.4. A intervenção indireta do Estado	188
2.4. Livre concorrência	155	3.4. O capital estrangeiro (art. 172)	190
2.5. Defesa do consumidor	159	3.5. Empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional – o revogado artigo 171	197
2.6. Defesa do meio ambiente	160	4. Planejamento econômico.....	197
2.7. Redução das desigualdades regionais e sociais	162	4.1. Introdução.....	197
2.8. Busca do pleno emprego.....	163	4.2. Os planos econômicos no direito brasileiro	200
2.9. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.....	164		
2.10. Livre-iniciativa de atividade econômica	166		
2.11. A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica: Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019	166		
2.11.1. Liberação de atividades econômicas de baixo risco ..	167		

4.3. As normas constitucionais sobre o planejamento	201	5.2. Regime tributário do Simples Nacional	259
5. Jurisprudência	205	5.3. Outros benefícios do Simples Nacional	263
5.1. Súmulas do STF	205	6. Quadros sinóticos	264
5.2. Jurisprudência	205	7. Jurisprudência	270
6. Quadros Sinóticos	214	7.1. Política Urbana	270
CAPÍTULO 4		7.2. Política agrícola e fundiária	272
POLÍTICAS ECONÔMICAS		7.3. Política de incentivo a micro e pequenas empresas	272
CONSTITUCIONAIS	229		
1. Introdução	229		
2. Política de redução das desigualdades regionais	229		
2.1. Introdução	229		
2.2. Normas constitucionais	230		
2.3. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional	233		
2.4. Do direito ao desenvolvimento regional	234		
2.5. Uma classificação dos instrumentos de desenvolvimento regional	235		
3. A Política Urbana	236		
3.1. Introdução	236		
3.2. Plano diretor e a função social da propriedade	237		
3.3. Parcelamento e edificação compulsórios	241		
3.4. IPTU	243		
3.5. Desapropriação	245		
3.6. Usucapião	246		
4. Política agrícola e fundiária	247		
4.1. Introdução	247		
4.2. A política agrícola	247		
4.3. O Estatuto da Terra	249		
4.4. Função social da propriedade	251		
4.5. Reforma agrária e desapropriação da propriedade rural	253		
4.6. Aquisição da propriedade rural por estrangeiros	255		
4.7. Usucapião	255		
4.8. Crédito rural	256		
5. Política de incentivo a micro e pequenas empresas	257		
5.1. Introdução	257		

TÍTULO III DIREITO ECONÔMICO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO 5	
AS AGÊNCIAS REGULADORAS	277
1. Regulação: uma introdução	277
2. Instrumentos de regulação	280
3. <i>Sandbox</i> Regulatório	281
4. Análise de impacto regulatório	283
5. Agências	286
5.1. Natureza Jurídica	290
5.2. Autonomia administrativa	290
5.3. Processo decisório	293
5.4. Controle	294
5.5. Poderes normativos	297
5.6. Capacidade técnica	302
5.7. Regime de pessoal	302
5.8. As agências reguladoras da Lei nº 13.874/19	303
6. Telecomunicações	303
6.1. Agência: ANATEL	303
6.2. Regime jurídico	306
7. Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis... ..	307
7.1. Agência: ANP	307
7.2. Regime jurídico	307
8. Energia Elétrica	309
8.1. Agência: ANEEL	309
8.2. Regime jurídico	310
9. Vigilância Sanitária	311
9.1. Agência: ANVISA	311
10. Saúde Suplementar	311
10.1. Agência: ANS	311

2.6.3.1. Depósito Compulsório.....	392	CAPÍTULO 8	
2.6.3.2. <i>Open market</i>	393	MERCADOS DO SISTEMA FINANCEIRO	459
2.6.3.3. Redesconto	394	1. Mercado de títulos públicos	459
2.6.3.4. Controle da taxa de juros	395	1.1. Introdução.....	459
2.6.3.5. Instrumentos cambiais	396	1.2. Títulos públicos	461
3. Organização do Sistema Financeiro		1.3. Negociação com títulos públicos.....	463
Nacional	399	2. Mercado de crédito	465
3.1. Introdução.....	399	2.1. Introdução.....	465
3.2. Conselho Monetário Nacional – CMN	401	2.2. Contratos bancários	469
3.3. Banco Central do Brasil – BC	404	2.2.1. Depósito e conta corrente... 469	
3.4. As instituições financeiras	407	2.2.1.1. Depósito à vista e conta corrente..	470
3.5. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	414	2.2.1.2. Caderneta de poupança	475
3.6. Comissão de Valores Mobiliários – CVM.....	417	2.2.1.3. Depósitos a prazo..	476
3.7. As bolsas de valores, mercadorias e futuros e as entidades de balcão... 421		2.2.2. Mútuo	480
3.7.1. Discussões doutrinárias.....	421	2.3. Juros e correção monetária.....	485
3.7.2. Bolsa e balcão organizado no direito positivo brasileiro	424	2.4. Sigilo bancário	494
3.7.3. Observações gerais sobre bolsa e balcão	427	2.4.1. Introdução.....	494
3.7.4. Autorregulação.....	427	2.4.2. As informações protegidas pelo sigilo bancário	495
3.7.5. Novo mercado	428	2.4.3. As instituições obrigadas a manter o sigilo	499
3.8. Demais entidades que atuam no mercado de capitais	434	2.4.4. A quebra do sigilo.....	499
3.8.1. Custódia	434	2.4.4.1. A regra geral.....	500
3.8.2. Corretoras e distribuidoras..	435	2.4.4.2. Poder legislativo e CPLs.....	501
3.8.3. Investidores institucionais... 437		2.4.4.3. Administração tributária	501
3.8.4. Outros	437	2.4.5. Considerações finais.....	504
3.9. Órgãos e autarquias relacionados à atividade de seguros e previdência complementar	438	2.5. Contratos bancários e a defesa do consumidor	505
4. Organismos internacionais	440	2.5.1. Introdução.....	505
4.1. Introdução.....	440	2.5.2. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor	505
4.2. <i>Bank for International Settlements</i> – BIS.....	441	2.5.3. Responsabilidade objetiva das instituições financeiras	507
4.3. <i>Organization of Securities Commissions</i> – IOSCO.....	446	2.5.4. Cadastros de crédito negativos e positivos (<i>credit scoring</i>).....	508
5. Quadros sinóticos	447	2.6. O Sistema Financeiro Aberto – <i>Open Banking/Open Finance</i>	511
6. Jurisprudência do STF.....	453	3. Mercado de câmbio.....	513
		3.1. Introdução.....	513
		3.2. Visão geral do contrato de câmbio...	514

3.3. Câmbio no comércio internacional ..	518	5.3.3. Histórico dos índices e formas de correção dos contratos.....	579
3.4. Capital estrangeiro	522	5.3.4. Seguro imobiliário obrigatório	582
4. Mercado de capitais	526	5.3.5. A aplicação do CDC.....	582
4.1. Introdução	526	5.3.6. O Ministério Público nos contratos do SFH.....	583
4.2. Definição de valores mobiliários	526	5.4. Títulos negociáveis do sistema financeiro imobiliário	583
4.3. A oferta pública	530	5.5. Execução	584
4.4. Os valores mobiliários	533	5.5.1. Execução judicial	584
4.4.1. Títulos emitidos por sociedades anônimas abertas.....	533	5.5.2. Execução administrativa.....	584
4.4.1.1. Introdução	533	6. Quadros sinóticos.....	585
4.4.1.2. Mercado primário e mercado secundário	535	7. Jurisprudência	591
4.4.1.3. Mercado à vista e mercado futuro	535	7.1. Súmulas do STF	591
4.4.1.4. Ações	536	7.2. Súmulas do STJ	597
4.4.1.5. Debêntures	541	CAPÍTULO 9	
4.4.1.6. Notas comerciais ..	543	REGIME PRUDENCIAL, INTERVENTIVO E SANCIONADOR DO SFN	605
4.4.2. As cotas de fundos de investimento e as cotas de clubes de investimento ..	544	1. Regime prudencial do mercado financeiro ..	605
4.4.3. Contratos de investimento coletivo	556	1.1. Introdução	605
4.4.4. Derivativos	560	1.2. Medidas preventivas	606
4.4.4.1. Introdução	560	1.2.1. Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB	606
4.4.4.2. Noções gerais dos contratos de derivativos.....	562	1.2.1.1. Introdução	606
4.4.4.3. Contratos a termo.	565	1.2.1.2. Compreensão do sistema de pagamentos	609
4.4.4.4. Contratos futuros..	566	1.2.1.3. Princípios	611
4.4.4.5. Opções	567	1.2.1.4. Papel do Banco Central.....	613
4.4.4.6. Swap	569	1.2.1.5. Sistemas do SPB...	614
4.5. O papel regulador da CVM e a função autorreguladora da bolsa no mercado de derivativos ..	570	1.2.2. Fundo Garantidor de Créditos (FGC).....	618
4.6. Securitização	572	1.2.2.1. Introdução	618
4.7. Outros títulos do mercado financeiro	573	1.2.2.2. O FGC: natureza, estrutura e aplicação dos recursos.....	619
5. Sistema Financeiro de Habitação – SFH.....	573	1.2.2.3. A finalidade do FGC.....	620
5.1. Introdução	573	1.2.3. PROER.....	625
5.2. Estrutura.....	577	1.2.4. Aquisição de participação em instituições financeiras por bancos oficiais.....	626
5.3. Contrato	578	1.2.5. Requisitos de capital e de liquidez e outras medidas...	627
5.3.1. Características gerais.....	578		
5.3.2. A incidência da TR	579		

2. Regime interventivo do mercado financeiro	632	3.4. Poder investigatório	681
2.1. Introdução	632	3.5. Medidas cautelares (medidas coercitivas e acautelatórias).....	682
2.2. As medidas cautelares de reestruturação.....	633	3.6. O processo administrativo sancionador.....	684
2.3. Medidas interventivas estrito senso...	634	3.6.1. Aspectos comuns	684
2.3.1. Visão geral	634	3.6.2. O processo no Banco Central	684
2.3.2. As hipóteses de decretação dos regimes interventivos.....	637	3.6.3. Procedimentos na CVM.....	686
2.3.3. RAET	640	3.7. Termo de Compromisso e Acordo Administrativo em Processo de supervisão	688
2.3.4. Intervenção	641	3.7.1. Termo de Compromisso	688
2.3.5. Liquidação Extrajudicial.....	642	3.7.2. Acordo administrativo em processo de supervisão	691
2.3.6. Responsabilidade dos administradores e dos membros do conselho fiscal.....	648	3.8. Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF	693
3. Regime sancionador do mercado financeiro	651	3.8.1. O COAF e as infrações relativas à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.....	693
3.1. Introdução	651	3.8.2. Procedimento no COAF	696
3.2. Infrações ao sistema financeiro: bancos, câmbio, consórcios, capital estrangeiro e arranjos de pagamentos.....	654	3.9. O CRSFN e os recursos administrativos no Sistema Financeiro Nacional.....	697
3.2.1. Âmbito do poder punitivo do Banco Central	654	3.9.1. O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.....	697
3.2.2. As infrações administrativas ..	657	3.9.2. A competência recursal.....	697
3.2.3. Penalidades aplicadas pelo BC.....	666	3.9.3. Os procedimentos	699
3.2.4. Infrações graves e gradação da pena	668	4. Quadros sinóticos.....	700
3.3. Infrações ao mercado de capitais e suas penalidades	670	5. Jurisprudência	710
3.3.1. Introdução	670	5.1. Jurisprudência do STF.....	710
3.3.2. As infrações administrativas...	672	5.2. Jurisprudência do STJ	712
3.3.2.1. Manipulação, fraude, criação de condições artificiais no mercado e práticas não equitativas.....	672		
3.3.2.2. <i>Insider trading</i>	675		
3.3.2.3. Exercício irregular de atividade que dependa de registro, permissão ou autorização	678		
3.3.3. Penalidades aplicadas pela CVM	679		

TÍTULO V DIREITO ECONÔMICO DA CONCORRÊNCIA

CAPÍTULO 10	
INTRODUÇÃO AO DIREITO DA CONCORRÊNCIA (OU DIREITO ANTITRUSTE).....	721
1. Introdução	721
1.1. A concorrência no direito econômico.....	721

1.2. Conceitos econômicos básicos do direito da concorrência	724	2. O processo administrativo no CADE e a execução dos julgados.....	787
1.3. Histórico do direito da concorrência...	725	2.1. Tipos de procedimento	787
1.4. Roteiro de estudo	728	2.2. Medidas preventivas	791
2. A Lei 12.529/2011	729	2.3. Compromisso de cessação	791
3. As modalidades de infração à lei antitruste, sanções e procedimentos	731	2.4. Programa de leniência.....	795
4. Panorama dos ilícitos concorrenciais	734	2.5. A execução dos julgados do CADE....	797
5. A construção tipológica dos ilícitos, imunidades, ilícitos “per se” e “regra da razão”	743	3. Quadro sinótico	800
6. As finalidades do direito da concorrência....	750	4. Jurisprudência	803
7. As relações do direito concorrencial com outros ramos do direito.....	755	4.1. Jurisprudência do STF.....	803
8. Sistemas de aplicação do direito antitruste.....	757	4.2. Jurisprudência do STJ	804
9. Regulação dos mercados x regulação da concorrência.....	760	4.3. Jurisprudência do TRF1	808
10. Quadro sinótico	763	CAPÍTULO 12	
11. Jurisprudência do STJ	766	CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E ILÍCITOS CONCORRENCIAIS	811
CAPÍTULO 11		1. O controle dos atos de concentração	811
SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....	767	1.1. Introdução	811
1. Órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e suas atribuições.....	767	1.2. A tipologia da concentração econômica	812
1.1. O SBDC	767	1.3. Atos submetidos à apreciação do CADE.....	817
1.2. O CADE	768	1.4. A apresentação dos atos ao CADE e seus efeitos.....	818
1.3. A composição do Tribunal da Concorrência	768	1.5. A análise dos atos de concentração....	821
1.4. A competência do Plenário do Tribunal	770	1.5.1. Mercado relevante	821
1.5. Competências do Presidente e dos Conselheiros do Tribunal	772	1.5.2. Nível de concentração do mercado.....	824
1.6. A Superintendência-Geral	773	1.5.3. Reprovação, aprovação e aprovação condicionada dos atos de concentração...	826
1.7. O Departamento de Estudos Econômicos	778	1.6. Revisão dos atos de concentração ...	831
1.8. A Procuradoria Federal junto ao CADE.....	778	2. Os acordos entre empresas	832
1.9. A Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência (Seprac)	779	2.1. Introdução	832
1.10. O Ministério Público Federal perante o CADE	781	2.2. Tipos de acordo	834
1.11. O CADE e o Poder Judiciário.....	784	2.3. Acordos horizontais.....	836
		2.4. Acordos verticais	844
		3. Práticas anticoncorrenciais.....	849
		3.1. As infrações	849
		3.2. Os tipos exemplificativos da Lei 12.259/2011.....	851
		3.2.1. Práticas predatórias.....	852
		3.2.2. Venda casada	854
		3.2.3. Recusa de contratar	857

3.2.4. Exclusividade	862	2. A ordem econômica internacional do pós-guerra – Bretton Woods	901
3.2.5. Manutenção de preço de revenda	865	2.1. Fundo Monetário Internacional (FMI)	901
3.2.6. Discriminação de preço e diferenciação de preço	868	2.2. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) – “Banco Mundial”	905
3.3. Conquista natural de mercado x conquista artificial de mercado	872	2.3. Organização Mundial do Comércio (OMC)	906
3.4. Posição dominante e presunção da posição dominante	873	3. Integração econômica	910
3.5. Sanções	874	3.1. Introdução	910
3.6. Prescrição	880	3.2. As etapas da integração econômica ...	911
4. Quadro sinótico	881	3.3. MERCOSUL	912
5. Jurisprudência	886	3.4. União Europeia	917
5.1. Jurisprudência do STF	886	4. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE	920
5.2. Jurisprudência do STJ	886	5. Jurisprudência	920
5.3. Jurisprudência do TRF1	892	5.1. Jurisprudência do STF	920
5.4. Súmulas do CADE	895	5.2. Jurisprudência do TRF da 4ª Região ...	921
		6. Quadros sinóticos	922
		BIBLIOGRAFIA	931
TÍTULO VI			
DIREITO ECONÔMICO INTERNACIONAL			
CAPÍTULO 13			
A ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL ..			
899			
1. Introdução	899		